

Tempo Livre, Corpo Vigiado: Racialização e Bem-Estar Subjetivo de Mulheres Negras

JÉSSICA MARIA MUNIZ CÔRTEZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

NELSIO RODRIGUES DE ABREU
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

Tempo Livre, Corpo Vigiado: Racialização e Bem-Estar Subjetivo de Mulheres Negras

Introdução

O consumo, em sua complexidade multidimensional, transcende a função utilitária de aquisição de bens e serviços, constituindo-se como um campo social no qual se constroem identidades, se reproduzem hierarquias e se moldam experiências subjetivas. Este estudo concentra-se em uma intersecção analítica crítica: a racialização social do consumo de lazer e suas repercussões no bem-estar subjetivo de mulheres negras. Embora componham uma parcela expressiva da população brasileira, essas mulheres enfrentam obstáculos sistêmicos que restringem não apenas o acesso a bens materiais, mas também à vivência plena de direitos fundamentais e experiências simbólicas, como o lazer - concebido não apenas como entretenimento, mas como um espaço de regeneração, reconhecimento e pertencimento social.

Assim, a discussão sobre raça no Brasil é atravessada por complexidades históricas, incluindo o mito da democracia racial, que obscureceu por décadas a persistência da violência e da discriminação estrutural (Allen et al., 2022; Batista, 2018; Vargas & Leal, 2024). Compreendemos raça não como categoria biológica, mas como construção social - um processo de racialização que associa significados hierárquicos a fenótipos, posicionando a branquitude como norma hegemônica. Essa hierarquia racial articula-se intrinsecamente com outras categorias, como gênero e classe, demandando uma análise interseccional (Crenshaw, 1989, 1991). O conceito de interseccionalidade, emergido do feminismo negro, revela como racismo e sexismo se interceptam, produzindo vulnerabilidades específicas para mulheres negras - grupo situado na base da estratificação social, sujeito a opressões simultâneas e cumulativas (Akotirene, 2018; Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 1989, 1991; Johnson et al., 2024).

Assim, a racialização social do consumo de lazer representa uma lente crítica para examinar os desafios únicos que as mulheres negras enfrentam ao navegar pelos espaços de consumo e buscar atividades destinadas ao relaxamento, ao prazer e à autorrealização (Boutté et al., 2025; Johnson et al., 2024; Maddox et al., 2022). A racialização se refere ao processo pelo qual os significados raciais são associados a determinadas práticas, grupos ou relações sociais e, no contexto do consumo de lazer, isso se manifesta como tratamento diferenciado, exclusão ou escrutínio intensificado das mulheres negras em espaços ostensivamente projetados para todos os consumidores (Arrow & Dasgupta, 2009; Boutté et al., 2025; Monsma, 2013). Historicamente, as mulheres negras enfrentaram a exclusão sistemática de muitos espaços de lazer por meio de políticas de segregação explícitas e formas mais sutis de discriminação que persistem até hoje (Johnson et al., 2024; Vargas & Leal, 2024; West & Thakore, 2013).

Nesse cenário, o lazer, frequentemente associado ao tempo livre, à diversão e à satisfação pessoal, pode adquirir contornos distintos e desafiadores para mulheres negras (Dores et al., 2021; Ratna, 2017). O acesso a espaços de lazer, a forma como são tratadas nesses ambientes e a representação (ou ausência dela) em atividades recreativas são atravessados pela racialização (Mowatt et al., 2013). Experiências que deveriam contribuir positivamente para o bem-estar subjetivo - a avaliação que o indivíduo faz de sua própria vida em termos de satisfação e afetos - podem ser minadas por microagressões, olhares de estranhamento, hipervigilância ou mesmo exclusão explícita (Adedeji et al., 2022; Allen et al., 2022; Diener, 2012). Diante disso, este artigo tem como problema de pesquisa: *Como a racialização do consumo do lazer afeta o bem-estar subjetivo de consumidoras negras?*

O argumento é que, a racialização social do consumo de lazer impacta de forma significativa e predominantemente negativa o bem-estar subjetivo de mulheres negras, independentemente de sua classe social ou nível educacional. Assim, mesmo diante de avanços sociais e de um maior acesso ao mercado de consumo por parte da população negra nas últimas décadas, as estruturas racistas e sexistas que permeiam a sociedade brasileira continuam a moldar negativamente suas experiências de lazer, transformando momentos potenciais de

prazer em fontes de estresse, desconforto e questionamento identitário. O simples acesso a bens e serviços de lazer não garante, portanto, uma melhoria no bem-estar subjetivo quando a dignidade e o pertencimento são constantemente postos à prova. Assim, o objetivo do artigo é *compreender como a racialização do consumo de lazer afeta o bem-estar subjetivo de mulheres negras, a partir das narrativas construídas por meio de histórias de vida.*

Este estudo se justifica, em termos acadêmicos, por contribuir para a compreensão das interseções entre raça, gênero e classe no consumo, campo ainda negligenciado no Brasil, sobretudo no contexto do lazer - elemento central na construção do bem-estar (Diener, 2012). A partir da interseccionalidade (Crenshaw, 1989), da teoria da racialização (Boutté et al., 2025; Hochman, 2018; Maddox et al., 2022; Vargas & Leal, 2024) e dos estudos críticos do consumo (Slater, 2001), busca-se evidenciar como estruturas de exclusão afetam mulheres negras. O uso de histórias de vida permite acessar experiências subjetivas e estratégias de resistência. E, gerencialmente, a pesquisa oferece subsídios para que empresas do setor de lazer reconheçam e enfrentem práticas excludentes, como estereótipos publicitários e ausência de representatividade (Quaye et al., 2023; A. R. C. Rocha & Casotti, 2018), promovendo ações mais inclusivas e políticas de diversidade com base em uma abordagem interseccional. E no âmbito social, reforça-se a importância do lazer como direito constitucional (Brasil, 2025, art. 6º), ainda inacessível para muitas mulheres negras devido a sobrecargas de trabalho, restrições econômicas e discriminações múltiplas (Gonzalez, 2020). A pesquisa contribui para o debate público e para o fortalecimento de políticas que democratizem o acesso ao lazer com equidade.

Referencial Teórico

Raça, Gênero e Interseccionalidade

A compreensão das experiências de consumo de lazer de mulheres negras exige, primeiramente, uma análise do contexto social, histórico e cultural em que essas vivências se inserem. O Brasil, apesar de sua diversidade étnico-racial e da narrativa persistente de uma ‘democracia racial’, é estruturalmente marcado pela desigualdade racial. A própria noção de raça, embora desprovida de validade biológica, opera como um poderoso dispositivo de classificação e hierarquização social (Alexis, 1962; Andreasen, 1976; Bauer et al., 1965). Historicamente, a ideia de raça foi importada e adaptada no contexto colonial para justificar a escravidão e a subjugação de populações africanas e indígenas, estabelecendo a branquitude europeia como norma e ápice de uma pirâmide racial (Chai et al., 2023). Como aponta a tese original, citando a evolução do conceito desde Linnaeus e Blumenbach, essa classificação pseudocientífica, mesmo desmentida, deixou um legado duradouro na forma como a sociedade brasileira organiza suas relações e distribui poder e privilégios (Santos et al., 2010; Vargas & Leal, 2024). A cor da pele tornou-se o principal marcador fenotípico para a racialização, processo pelo qual o ‘outro’ não-branco é definido em oposição ao ‘natural’ branco, resultando na subordinação e discriminação, especialmente da população negra (pretos e pardos) (Crenshaw, 1989; Devulsky, 2021; Maddox et al., 2022; Modood et al., 2002; Monsma, 2013).

A abolição da escravatura em 1888, não significou o fim do racismo ou a integração plena da população negra na sociedade. Pelo contrário, foi seguida por mecanismos sociais, políticos e econômicos que perpetuaram a exclusão e a marginalização, configurando o que se convencionou chamar de racismo estrutural (Batista, 2018; Monsma, 2013). Este se manifesta não apenas em atitudes individuais preconceituosas, mas nas próprias instituições, normas e práticas sociais que, de forma explícita ou velada, reproduzem a desigualdade racial. Mulheres negras, em particular, encontram-se em uma posição de extrema vulnerabilidade dentro dessa estrutura (Mowatt et al., 2013; Ratna, 2017; A. R. C. Rocha & Casotti, 2018), mesmo sendo elas a maioria da população brasileira, considerando a soma de pretas e pardas (IBGE, 2025).

Para analisar essa complexa realidade, é imprescindível recorrer ao conceito de interseccionalidade. Originado nas reflexões e lutas de feministas negras como Kimberlé

Crenshaw (Crenshaw, 1989, 1991), o conceito evidencia que as opressões não operam de forma isolada, mas se cruzam e se potencializam. Raça, gênero e classe social são eixos estruturantes da desigualdade que se articulam de maneira indissociável na vida das mulheres negras. Elas não sofrem apenas racismo ou apenas sexismo; sofrem uma forma específica de discriminação que advém da intersecção dessas categorias. O movimento feminista hegemônico, muitas vezes centrado nas experiências de mulheres brancas de classe média, e o movimento antirracista, frequentemente focado nos homens negros, historicamente falharam em abarcar as demandas e realidades específicas das mulheres negras (Akotirene, 2018; Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 1989, 1991; Nazari, 2024). A interseccionalidade, portanto, oferece uma lente analítica crucial para entender como a hegemonia branca e masculina, que permeia a sociedade brasileira, impacta de forma particular a vida dessas mulheres, limitando suas oportunidades e moldando suas experiências em todas as esferas, incluindo o consumo e o lazer.

Racialização Social e o Mercado de Consumo

A racialização, compreendida como o processo social, político e discursivo que atribui significados a características fenotípicas e étnicas, estabelecendo hierarquias e fronteiras entre grupos, não se restringe às esferas política ou interpessoal; ela permeia profundamente o mercado de consumo (Boutté et al., 2025; Cloos, 2011; Hochman, 2018; Maddox et al., 2022; Monsma, 2013). O consumo, longe de ser um ato neutro de troca econômica, é um espaço onde identidades são afirmadas, status é negociado e relações de poder são constantemente reproduzidas. A racialização opera nesse mercado de diversas formas, influenciando desde a concepção e publicidade de bens e serviços até o tratamento dispensado aos consumidores em espaços comerciais (Lima & dos Santos, 2024; Marr & Luchies, 2023; A. R. C. Rocha & Casotti, 2018). Assim, a racialização materializa-se na sociedade através da linguagem e das práticas discursivas, conferindo sentidos baseados na raça que moldam interações e estabelecem hierarquias, inclusive nas práticas de consumo (Grier et al., 2019; Sobande, 2020). No Brasil, essa dinâmica frequentemente posiciona a população negra, e em particular as mulheres negras, em desvantagem.

Estudos pioneiros demonstraram que as diferenças nos padrões de consumo entre negros e brancos nos Estados Unidos não se explicavam apenas por desigualdades socioeconômicas, mas pela experiência contínua da discriminação racial (Alexis, 1962; Bauer et al., 1965). Mulheres negras, em especial, enfrentavam maior ansiedade nas decisões de compra devido às barreiras simbólicas e práticas que limitavam seu acesso a determinados espaços. Essas análises, embora centradas no contexto norte-americano, iluminam a realidade brasileira, onde o consumo também é marcado pela racialização (A. R. C. Rocha & Casotti, 2018).

Assim, mesmo com ascensão social, consumidores negros no Brasil continuam a relatar experiências de racismo nos espaços de consumo - vigilância excessiva, atendimento negligente e exclusão simbólica - como mostram estudos recentes (Lima & dos Santos, 2024). Tais vivências não apenas deterioram o prazer associado ao consumo, mas impõem custos emocionais e psicológicos que afetam diretamente o bem-estar subjetivo (Adedeji et al., 2022; Aghababaei & Blachnio, 2015; Pittman, 2020). A invisibilidade ou estigmatização desses consumidores nos produtos e nas comunicações de marketing reforça um sentimento de não pertencimento (Mowatt et al., 2013; A. R. C. Rocha & Casotti, 2018), evidenciando como o mercado ainda falha em reconhecer a população negra como legítima, diversa e digna de inclusão plena.

O Consumo de Lazer sob a Ótica da Mulher Negra

O lazer, compreendido em sua acepção mais ampla como um conjunto de atividades escolhidas livremente, voltadas para o descanso, a diversão, o desenvolvimento pessoal e a melhoria da qualidade de vida (Dumazedier, 1979; C. M. Gomes, 2008)), ocupa um lugar

central na busca pelo bem-estar subjetivo (Diener et al., 2018). No entanto, para mulheres negras no Brasil, a experiência do lazer frequentemente se distancia desse ideal, tornando-se um terreno fértil para a manifestação da racialização e do sexismo (Adedeji et al., 2022; Ferreira, 2004). Os espaços destinados ao lazer – sejam eles restaurantes, bares, parques, praias, eventos culturais, destinos turísticos ou mesmo plataformas digitais – não são neutros; são atravessados pelas mesmas hierarquias e dinâmicas de poder que estruturam a sociedade (Adedeji et al., 2022; Batista, 2018; A. R. Rocha et al., 2016). A presença e a circulação de corpos negros nesses ambientes são constantemente escrutinadas, questionadas e, por vezes, hostilizadas, refletindo a persistente lógica racista que associa determinados espaços e atividades a um público predominantemente branco (Adedeji et al., 2022; Mowatt et al., 2013).

A racialização dos espaços de lazer manifesta-se de formas sutis e explícitas (Boutté et al., 2025). Pode ser percebida na ausência ou sub-representação de pessoas negras como consumidoras nesses locais, contrastando com sua presença frequente em posições de serviço (como garçons, faxineiros, cozinheiros), reforçando uma hierarquia racial visível (Mowatt et al., 2013). Manifesta-se também nos olhares de estranhamento, na hipervigilância por parte de seguranças, no atendimento displicente ou hostil, ou mesmo em comentários e piadas racistas disfarçadas (Criss et al., 2023). Para mulheres negras, essa experiência é agravada pela interseccionalidade, onde o racismo se combina com o sexismo, resultando em hipersexualização, objetificação ou, inversamente, na negação de sua feminilidade e desejabilidade dentro dos padrões hegemônicos (Collins & Bilge, 2021; Ferreira, 2004; Nazari, 2024; A. R. C. Rocha & Casotti, 2018). Como resultado, o que deveria ser um momento de relaxamento e prazer pode se transformar em uma fonte de estresse, ansiedade, desconforto e constante negociação identitária. A necessidade de estar sempre alerta, de antecipar possíveis agressões ou de calcular os riscos de frequentar determinados lugares mina a própria essência do lazer como tempo livre e descompromissado (Adedeji et al., 2022; Burke et al., 2022).

Diante desse cenário adverso, mulheres negras desenvolvem uma série de estratégias para navegar e, por vezes, contestar a racialização no consumo de lazer. Uma estratégia comum é a evitação de determinados espaços percebidos como hostis ou excludentes, optando por ambientes onde se sintam mais seguras e acolhidas (Jacob et al., 2021; Utsey et al., 2000). Isso pode levar à busca ativa por locais afrocentrados, geridos por pessoas negras ou que demonstrem um compromisso genuíno com a diversidade e a inclusão. Outra estratégia envolve a resignificação do próprio ato de consumir lazer como uma forma de resistência e autoafirmação (Jacob et al., 2021; Shorter-Gooden, 2004; Utsey et al., 2000). Ocupar espaços majoritariamente brancos, reivindicar o direito ao lazer e ao prazer, e expressar sua identidade negra nesses ambientes pode ser um ato político de desafio às normas excludentes (A. R. C. Rocha & Casotti, 2018; Zhang & Liu, 2014). O consumo de bens e serviços ligados à cultura negra (música, moda, estética) também pode funcionar como forma de fortalecer a identidade e criar comunidades de pertencimento (Porter, 2022; Reyes et al., 2022). Contudo, mesmo essas estratégias de resistência exigem um dispêndio de energia emocional e cognitiva, evidenciando como a racialização impõe um fardo adicional às mulheres negras até mesmo em seus momentos de descanso.

A conexão entre essas experiências de lazer racializado e o bem-estar subjetivo é direta e profunda. As constantes microagressões, o sentimento de não pertencimento, a necessidade de vigilância e as emoções negativas (frustração, raiva, tristeza, cansaço) decorrentes dessas vivências impactam negativamente tanto a dimensão cognitiva (satisfação com a vida, avaliação das experiências de lazer) quanto a dimensão afetiva (predominância de afetos negativos) do BES (Besser, 2016; Diener et al., 2018). Além disso, a própria disponibilidade de tempo para o lazer é uma questão crítica para muitas mulheres negras, que frequentemente enfrentam duplas ou triplas jornadas de trabalho (remunerado, doméstico e de cuidado), como apontado no II PNPM (BRASIL, 2008). O usufruto do tempo livre torna-se, assim, um

privilégio desigualmente distribuído, exacerbando as iniquidades no acesso ao bem-estar proporcionado pelo lazer.

Procedimentos Metodológicos: Dando Voz às Experiências

Para investigar as complexas e subjetivas experiências de mulheres negras com o consumo de lazer racializado e seus efeitos no bem-estar subjetivo, a pesquisa que fundamenta este artigo adotou uma abordagem metodológica qualitativa. Esta escolha alinha-se à natureza do fenômeno estudado, que demanda uma compreensão aprofundada das percepções, significados e vivências das participantes. Assumiu-se uma perspectiva *bottom-up* (Combahee River Collective, 2014), priorizando as vozes e narrativas das próprias mulheres como ponto de partida para a análise, em consonância com os princípios da interseccionalidade que valorizam o conhecimento situado e as experiências vividas como fontes legítimas de saber, especialmente de grupos historicamente marginalizados.

O método para a coleta de dados foi a história oral (de Oliveira, 2021; A. F. Gomes & Santana, 2010; Mulvihill & Swaminathan, 2022), especificamente através da realização de entrevistas em profundidade que buscaram capturar as histórias de vida das participantes, com foco em suas trajetórias e experiências relacionadas ao consumo de lazer ao longo do tempo. A história oral revelou-se particularmente adequada por permitir não apenas o registro de eventos, mas também a exploração das emoções, interpretações e significados atribuídos a essas experiências pelas próprias narradoras. Este método confere agência às participantes, posicionando-as como sujeitos ativos na construção do conhecimento sobre suas próprias vidas, contrapondo-se a narrativas hegemônicas que frequentemente silenciam ou distorcem suas realidades. A pesquisa envolveu mulheres negras cisgênero, com idades entre 18 e 60 anos e nascidas a partir da década de 1960, critério que visava abranger diferentes gerações e contextos sociais, permitindo observar possíveis mudanças e continuidades nas experiências de consumo ao longo do tempo. O acesso às participantes ocorreu por meio de contato direto e indicações em rede, adotando a técnica de amostragem por bola de neve, comum em estudos qualitativos com populações específicas ou de difícil acesso.

Considerando as restrições impostas pelo contexto pandêmico, as entrevistas com mulheres autodeclaradas negras foram conduzidas entre julho de 2020 e maio de 2021, por meio de chamadas de vídeo realizadas via Zoom, mensagens e áudios pelo aplicativo WhatsApp, além de ligações telefônicas. Às participantes foi solicitado que relatassem experiências de lazer vivenciadas ao longo de suas trajetórias, abordando suas percepções sobre o consumo antes, durante e após os eventos narrados, com atenção às transformações em seus comportamentos de consumo diante da interseccionalidade entre raça e gênero.

E em razão da confidencialidade, os nomes das sete participantes foram alterados para nomes comuns em diferentes nações do Continente Africano. Segue um resumo com informações sobre o perfil das yabás - termo que, em yorubá, significa mãe, senhora, aquela que alimenta seus filhos: Ada, 33 anos, pós-graduada, desempregada; Sema, 38 anos, graduada, professora; Núbia, 33 anos, ensino médio completo, produtora; Lina, 32 anos, pós-graduada, funcionária pública; Iman, 55 anos, pós-graduada, professora universitária; Nala, 30 anos, ensino médio completo, DJ; Shena, 28 anos, graduada, terapeuta ocupacional. E todas receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD), com base nos pressupostos teóricos de Norman Fairclough (Fairclough, 2019). A Análise Crítica do Discurso (ACD) possibilitou compreender as narrativas como práticas sociais que refletem, reproduzem e contestam relações de poder, especialmente marcadas pelo racismo e sexismo. A análise buscou identificar como a racialização do lazer emergia nos discursos, quais estratégias eram empregadas pelas participantes para narrar suas experiências e de que forma essas falas se articulavam a estruturas sociais e ao bem-estar subjetivo. Guiada

por premissas iniciais - como a hegemonia branca e masculina, a dissociação entre renda e acesso ao consumo, e o consumo como resistência -, a investigação permaneceu aberta a sentidos emergentes produzidos pelas próprias narrativas.

Resultados e Discussão

Sou mulher negra! Histórias que a história não conta

Ada, de 33 anos, é bisneta, neta e filha de pessoas negras e, como tal, fundamenta suas vivências nas experiências que presenciou, ouviu e viveu ao longo da vida. Natural de Campina Grande, Paraíba, identifica-se como mulher negra e constrói sua negritude desde a infância. Ao ser convidada a narrar sua trajetória, iniciou pelo relato sobre seu avô paterno - um exímio contador de histórias - com quem aprendeu os significados de ser uma pessoa negra no Brasil.

Seu avô era filho de uma mulher negra escravizada, libertada pela Lei do Ventre Livre (1871), que se casou com um homem branco. Entre os onze filhos do casal, estava o avô de Ada que, segundo ela, “era mais pra (sic) escala mais pretinha” e, por isso, possuía menos direitos do que seus irmãos mais velhos e de pele mais clara. Um dos direitos negados a ele, por ser um negro retinto, foi o acesso à educação. À época, apenas homens brancos podiam frequentar a escola. Assim, nem ele nem suas irmãs - independentemente do tom da pele - puderam estudar formalmente.

A diferença de tratamento entre o avô de Ada e seus irmãos, situados em diferentes “50 tons de pele” (sic), tornava-se ainda mais evidente quando a condição de ser mulher se somava à racialização, como demonstra a proibição das mulheres de frequentarem a escola. Essa exclusão reflete o legado da colonização europeia, cuja lógica tende a naturalizar ideologicamente diferenças socioeconômicas e culturais, evidenciando o caráter interseccional das discriminações (Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 1989; Rezende & Lima, 2004).

Esses relatos mostraram a Ada que os livros de história oficial não contam toda a história - e que os fatos narrados estão mais próximos da realidade atual do que se costuma imaginar. Ser bisneta de uma mulher libertada pela Lei do Ventre Livre a aproximou de uma realidade que, embora frequentemente tratada como distante, ocorreu há apenas 150 anos.

Seu pai é fruto do segundo casamento de seu avô, que, assim como a bisavó de Ada, uniu-se a uma mulher branca. Como a própria Ada relata, entre os diferentes “tons de pele” presentes na família, ela é “da mais escurinha”, assemelhando-se fisicamente ao avô. Essa semelhança, aliada à relação de afeto e ao orgulho que ele demonstrava ao contar sua história, foi determinante para que Ada construísse, desde a infância, uma consciência racial e se reconhecesse como mulher negra. O casamento interracial, nesse contexto, pode ser interpretado como uma estratégia de ascensão social, uma tentativa de escapar ao estigma da inferioridade racial por meio da aproximação com o status simbólico historicamente associado à branquitude.

A aproximação com pessoas brancas e a tentativa de se embranquecer passa também pelo consumo numa tentativa de fuga do racismo. Esta motivação não é exclusividade dos séculos anteriores, mas ainda está em voga como fica evidente na fala da entrevistada Sema quando questionada sobre as experiências da negritude em sua família.

Eu tenho primas e elas como a mãe delas é negra, mas o pai é branco então elas nasceram pardas, vamos dizer assim né, mais claras. [...] elas preferem ter amigos brancos a negros, preferem ter relacionamentos com brancos a negros, que a maioria delas são casadas com brancos. Elas preferem frequentar lugares só de ricos, andar só com ricos, então elas ainda não têm esse... até quando eu vou conversar eu nem toco muito nesse assunto porque eu sei que elas não têm...eu não as culpo. Porque eu acho que eu também era assim, eu acho que eu tinha um comportamento tipo assim negando, um comportamento de negação de preterimento, de negação, eu acho que era uma forma de defesa (SEMA, 38 anos).

A fala de Sema (38 anos) oferece elementos significativos para a análise da racialização do consumo, da vivência do lazer e de seus impactos no bem-estar subjetivo de mulheres negras,

conforme os eixos definidos no título, problema de pesquisa e objetivo geral do estudo (Boutté et al., 2025). Sua narrativa evidencia como a hierarquização racial intrafamiliar, marcada pela diferença fenotípica — “mais claras”, “pardas” —, influencia as formas de inserção social e os padrões de consumo simbólico. As primas, identificadas com um fenótipo mais claro por serem filhas de mãe negra e pai branco, manifestam preferências por espaços brancos, elitizados, e por vínculos afetivos com pessoas brancas, o que revela o quanto o pertencimento racial pode interferir nas escolhas de socialização e lazer. Assim, a narrativa de Sema contribui para compreender como a racialização do consumo de lazer opera tanto nas escolhas cotidianas quanto na subjetividade das mulheres negras, impondo barreiras simbólicas ao bem-estar e à construção de pertencimento (Boutté et al., 2025; Monsma, 2013).

As histórias de suas origens e ancestralidade são fontes de orgulho para Ada e constituem pontos de partida para suas reflexões atuais sobre o que é ser uma mulher negra, tanto individualmente quanto em relação com outras e outros. Um exemplo diverso de autorreconhecimento é trazido por Sema, ao afirmar que...

...gosto de falar, quer dizer, depois de um certo tempo, de todo um processo de terapia, de análise eu passei a falar mais sobre essas questões, ler mais sobre essas questões [...] enfim, eu tenho buscado essas leituras porque eu acho que a gente precisa buscar entender um pouco a nossa história né? O nosso, as histórias dos nossos ancestrais, pra gente ter propriedade pra falar (SEMA, 38 anos).

A fala de Sema (38 anos) evidencia um processo de reconstrução identitária e de fortalecimento subjetivo por meio do autoconhecimento racial. Ao mencionar a terapia e a leitura como caminhos de elaboração, ela indica que o reconhecimento das violências históricas e o resgate das histórias ancestrais são fundamentais para a construção de uma identidade negra afirmada. Essa busca por “propriedade para falar” revela um movimento de resistência à deslegitimação simbólica sofrida por mulheres negras, e aponta o consumo de saberes como uma prática de empoderamento (Lobo, 2021; Shorter-Gooden, 2004). Nesse sentido, a racialização do consumo não se limita ao mercado material, mas se estende também ao acesso à memória, à linguagem e ao direito de narrar a própria história — dimensões que impactam diretamente o bem-estar subjetivo.

Núbia, mulher negra retinta, também de 33 anos, mãe solo, carioca. Núbia possui noções diferentes sobre suas origens, o que não impediu que suas histórias de vida se assemelhassem às de Ada e de outras mulheres semelhantes. Adotada e criada por um casal branco de classe alta do estado do Rio de Janeiro, não teve o mesmo entendimento sobre sua ancestralidade até a vida adulta. Este é um exemplo de como “a sociedade brasileira foi construída sobre um processo deliberado de apagamento e violento silenciamento da população negra, a quem foi, na prática, negado o status de ‘povo brasileiro’” (Silva & Saraiva, 2020, p. 537). Desse modo, as vozes das mulheres negras foram sistematicamente silenciadas e substituídas por uma narrativa hegemônica que não apenas apaga suas experiências, mas também legitima e sustenta o status quo da branquitude.

Quando foi adotada, seus pais já eram mais velhos e não tiveram a aprovação da família quanto à decisão. Por isso, Núbia passou por experiências constantes de discriminação dentro da própria família, o que refletiu em sua forma de viver em sociedade. Além de não ter contato com sua negritude no âmbito familiar, os ambientes de socialização, como a escola, também não eram diferentes. Mesmo pertencendo a uma família de classe alta, o poder aquisitivo não superava a cor de sua pele no convívio social. Cresceu entre pessoas brancas e assim permaneceu, tendo seu núcleo de amigos mais próximos formado por indivíduos não negros. Somente após a morte dos pais, quando saiu do Rio de Janeiro e decidiu morar na Bahia, é que teve contato com um número significativo de pessoas negras e passou a ter dimensão de sua negritude. Até então, suas relações giravam em torno da adaptação à branquitude ao seu redor, utilizando o dinheiro como forma - ainda que inconsciente - de compensação e atração.

Ao chegar a Salvador, cidade com a maior população negra fora do continente africano, Núbia relatou ter se encontrado, reconhecido seus pares e sentido que podia viver e ser uma mulher negra. “Eu parei de palmitar!” foi a fala mais expressiva em seu relato, referindo-se ao fato de, enfim, ter relacionamentos amorosos com homens negros. O termo “palmitar” refere-se a relações inter-raciais vistas como um meio de adquirir maior aceitação social (Pereira, 2019). No início do século XX, o movimento eugênico criado na Europa chegou ao Brasil com apoio das elites e das classes intelectuais. Com o fim - pelas leis - da escravidão no país em 1888, a eugenia recorreu à pseudociência para continuar a aplicar uma hierarquia racial. O objetivo era branquear a sociedade, defendendo que o sangue branco se sobreporia e que da miscigenação nasceriam pessoas cada vez mais claras, formando, assim, uma sociedade perfeita sob os pontos de vista intelectual, moral e estético (Souza, 2022). O exercício da “palmitagem” pode ter o propósito de ascensão social, mas nem sempre o fim é alcançado, como fica evidente na fala de Lina, 32 anos, pós-graduada e funcionária pública: “Eu, assim, olhando pra trás, quando eu ainda não tinha esse entendimento sobre eu ser uma criança negra - minha mãe é branca, meu pai é negro retinto -, olhando pra trás, eu vejo alguns pontos de realmente não pertencimento em alguns locais.”

O mito da democracia racial, difundido pela ideia de um país miscigenado em que todas as pessoas descenderiam, em algum grau, de brancos, negros e indígenas, originou um tipo seletivo de racismo marcado pelo colorismo. O colorismo é um fenômeno social derivado do racismo, que estabelece uma hierarquia dentro da própria negritude com base nas tonalidades da cor da pele (Devulsky, 2021). Quanto mais clara for a cor da pele, maior a aproximação ao ideal europeu branco, conferindo uma espécie de “passabilidade” ou garantindo uma falsa expectativa de acesso a locais de poder e sucesso (Devulsky, 2021). Segundo esse conceito, quanto mais clara a pele, menor a chance de sofrer racismo - o que nem sempre é verdade. Pessoas de pele clara são mais toleradas em ambientes definidos como brancos, mas ainda assim sofrem discriminação, inclusive por parte de outras pessoas negras.

Algumas diferenças também são sentidas entre gerações. Enquanto a mãe de Ada e a própria Iman tiveram que assumir papéis maternos desde cedo, trabalhando para ajudar em casa com seus irmãos e irmãs, suas filhas puderam usufruir do consumo com maior facilidade, entendendo isso como um privilégio, como fica claro nas falas de Iman e de Ada:

Tinham acesso a brinquedos, a viagem [...] viajaram já pelas regiões do Brasil, por exemplo minha filha quando fez 15 anos eu paguei uma viagem pra ela (IMAN, 55 anos).

Então, me entendendo como mulher negra muito privilegiada por todas essas questões que eu falei, principalmente, é... pela estrutura familiar que eu tive né, pelas condições que os meus pais me deram (ADA, 33 anos).

As falas de Iman (55 anos) e Ada (33 anos) revelam nuances importantes no modo como o acesso ao lazer e ao consumo é vivenciado por mulheres negras em contextos de maior estabilidade econômica e apoio familiar. Iman destaca a possibilidade de proporcionar experiências de lazer à filha, como viagens e brinquedos, sinalizando uma ruptura parcial com o histórico de negação desses direitos. Ada, por sua vez, reconhece-se como uma mulher negra privilegiada, especialmente pelas condições estruturais garantidas por sua família, o que lhe permitiu acessar espaços e oportunidades raramente associadas à população negra. Ambas as falas indicam que o acesso ao lazer e ao consumo não elimina, por si só, os efeitos da racialização, mas pode mediar experiências mais positivas de pertencimento e bem-estar subjetivo (Burke et al., 2022; Diener et al., 2018). O reconhecimento do privilégio relativo — sempre atravessado por marcadores de raça e gênero — evidencia também um grau elevado de consciência racial e de responsabilidade com a própria trajetória. Essas experiências mostram que, embora a estrutura social permaneça desigual, o suporte familiar e a mobilidade social podem abrir brechas de resistência (Lobo, 2021; Shorter-Gooden, 2004) e reconfiguração das vivências negras no consumo e no lazer.

Vivências de Lazer Racializado e Impacto no Bem-Estar Subjetivo

A passagem do feudalismo para o capitalismo industrial criou uma classe trabalhadora que ascendeu e passou a usufruir do ócio, relegando as tarefas domésticas a uma classe inferior, em sua maioria formada por mulheres negras. Às mulheres brancas da recém-formada classe média era reservado o direito ao lazer, enquanto, para as negras, ainda que a escravidão estivesse abolida, restava a invisibilidade fora da esfera pública da vida (McClintock, 2013; Mowatt et al., 2013).

Iman, professora universitária de 55 anos, hoje tem condições financeiras de fazer o que deseja em seus momentos de lazer, que envolvem desde leitura até viagens, mas sua infância e adolescência foram marcadas pelo trabalho:

...a minha infância, como eu comentei eu vim de uma classe social que pode ser enquadrada em D ou E no Paraná só que ser pobre no Paraná é diferente de ser pobre aqui né. Mas é, minha mãe era trabalhadora doméstica, eu comecei a trabalhar muito criança é...no caso eu, com a essas coisas a pessoa tem que ficar fazendo história de vida (risos) olha eu comecei a trabalhar com trabalho doméstico e babá na terceira série, acho que eu tinha uns 9 anos, eu trabalhava meio período e estudava meio período (IMAN, 55 anos).

Outro exemplo é o da mãe de Ada, que desde a infância teve que trabalhar para poder estudar e buscar melhores condições de vida: “Nesse sítio da família, mainha meio que era empregada assim, né; trabalhava no sítio colhendo e arrumando a casa, mas aí ela disse que trabalhava sem problemas desde que ela pudesse estudar”. E esses dois exemplos relatados nas entrevistas mostram como o caminho das mulheres negras até a ascensão educacional, profissional e financeira passa pelo trabalho doméstico, o que influencia diretamente o uso do tempo livre. Após ascender profissionalmente, Iman passou de empregada a contratante de serviços domésticos. Durante a pandemia da Covid-19, precisou retornar às - chamaremos de - origens, já que não podia contar com os serviços da empregada e passou a executar tarefas domésticas, o que também interferiu em seu lazer, ainda que confinada em razão da pandemia.

No tocante ao consumo da população negra e das classes populares foi rotulado e definido por razões práticas e de necessidade; tudo o que fugisse a essa lógica passava a ser considerado supérfluo. A lógica a ser seguida deveria ser a de que ‘pobre deve gastar pouco’ (Scalco & Pinheiro-Machado, 2010). Dessa forma, o consumo com objetivo hedônico e voltado à busca de prazer passa a ser entendido como privilégio, e a cultura material torna-se um marcador social de inclusão ou exclusão (Iheduru-Anderson et al., 2022). E, Ada se compreende como uma mulher privilegiada por ter tido oportunidades de lazer melhores do que as de suas vizinhas na infância, e não se intimida com a branquitude dos espaços de lazer. Já Nala e Sema atribuem significados diversos a essas experiências. Nala, no auge de seus 30 anos e em plena independência financeira, prefere abdicar de certas vivências para evitar qualquer possível mal-estar, enquanto Sema utiliza sua posição para se afirmar e impor sua presença.

E assim, eu me entendo como uma mulher negra, mas bastante privilegiada. Porque eu tive algumas experiências, algumas vivências que eu entendo que não são todas as mulheres negras que vivem isso, que podem viver isso (ADA, 33 anos).

Vou viajar com um cara que conheci, ele tem grana, também é negro, mas escolhi um lugar que achava que não ia ter problema. Assim, ele tem grana, é gringo, podia ir pra qualquer lugar, mas não queria ser a única, os únicos pretos ali (NALA, 30 anos)

Então geralmente eu sou a única que estou ali consumindo aquele produto, que estou ali usufruindo daquele momento de lazer. [...] E aí eles olham aí quando eu percebo os olhares aí é que eu meu filho eu estou aqui, claro vou passar no cartão (risos), mas eu estou aqui; vou consumir tanto quanto você ou mais e vou usufruir desse mesmo ambiente queira você ou não (SEMA, 38 anos).

As falas anteriores já evidenciam como o consumo permeia o bem-estar subjetivo dessas mulheres. A racialização do consumo de lazer consegue afastar a busca por prazer e satisfação pessoal quando situações de discriminação, explícitas ou veladas, tornam a atividade mais um fardo do que algo agradável (Allen et al., 2022; Boutté et al., 2025; Utsey et al., 2000), como é possível perceber nas falas a seguir. Outra conclusão é que o preconceito racial afeta negativamente a experiência de consumo, elevando os custos e reduzindo as recompensas.

Então assim, era momentos de lazer que eu deixei de participar porque eu achava que num ia me sentir bem e houve outras, eu acho que também seja por isso, eu até tava dizendo teve um tempo que eu falei ‘eu vou participar de alguma quadrilha só pra eu ter, pra eu não passar nessa vida sem ter dançado nem uma quadrilha com alguém (SEMA, 38 anos).

E sempre era discriminada né, as pessoas achavam que eu não poderia comprar aqueles produtos, mas como eu queria aquele produto que, eu tenho dificuldade até hoje de comprar sapato assim roupa, e essa como tinha o que eu gostava, o que eu gosto então eu passava por esse desconforto, por essa discriminação inicial e depois é melhorava o atendimento, mas sempre é muito triste né; a gente ter que se submeter a essas situações (IMAN, 55 anos).

Essas narrativas ilustram como o lazer, longe de ser um espaço neutro ou democrático, se constitui como um campo marcado por hierarquias raciais (Boutté et al., 2025; Rezende & Lima, 2004). A racialização do consumo impõe às mulheres negras não apenas barreiras concretas de acesso, mas também custos emocionais significativos, minando seu bem-estar subjetivo (Aghababaei & Blachnio, 2015; Diener, 1984; Hochman, 2018). Os relatos mostram que mesmo quando conseguem acessar espaços e bens desejados, o fazem sob um constante estado de vigilância e negociação identitária, revelando as complexas dinâmicas de exclusão que persistem mesmo em contextos de aparente inclusão (Criss et al., 2023; Scalco & Pinheiro-Machado, 2010). A racialização do consumo carrega uma carga negativa que se sobrepõe às possibilidades positivas, afetando diretamente o bem-estar subjetivo das entrevistadas. Assim, o racismo e as discriminações de gênero estão intrincados nas três dimensões de sentido propostas por Fairclough: o *texto*, a *prática discursiva* e a *prática social*. A ideologia branca e masculina, naturalizada pelos discursos hegemônicos, a formação de identidades e posições sociais, bem como a relação entre as pessoas negras e a sociedade, se estabelecem, respectivamente, nas dimensões ideacional, identitária e relacional (Fairclough, 2019).

Os relatos a seguir revelam como o racismo estrutural atravessa a experiência de mulheres negras mesmo quando há mobilidade socioeconômica, evidenciando que o capital financeiro não elimina a insegurança, o medo e a negação de direitos. A interseccionalidade mostra que raça e gênero se combinam para produzir exclusões cotidianas, inclusive no lazer, como aponta Iman, cuja experiência no exterior escancara a ausência de reconhecimento da cidadania negra no Brasil.

a compra do apartamento, a corretora nem ligou, achou que eu não tivesse dinheiro. Depois que comprei esse aqui (cobertura) ela veio atrás. Dia desses estacionei na vaga da cobertura e outra moradora veio dizer que tinha parado na vaga errada. Nem falei nada, quando entrei no elevador e apertei pra cobertura ela ficou se tremendo (risos) (SHENA, 28 anos).

Aí eu percebi que eu era uma cidadã. Porque as pessoas me atenderam de forma diferenciada, com respeito, como consumidora. Mas assim, pra mim ficou muito explícita essa questão da cidadania porque no Brasil nem como consumidora eu sou vista (IMAN, 55 anos).

As falas de Shena e Iman revelam como a racialização do consumo impacta profundamente a vivência da cidadania e o bem-estar subjetivo de mulheres negras (Abuhussein et al., 2021; Boutté et al., 2025; Diener, 1984; Utsey et al., 2000). No relato de Shena, observa-se uma desconfiança inicial da corretora, que presumiu sua incapacidade financeira com base em seu pertencimento racial, recusando-lhe o atendimento. A surpresa da vizinha ao vê-la estacionar na vaga da cobertura e a reação diante da confirmação de sua residência no andar mais alto do edifício evidenciam que, mesmo em contextos de alto consumo, a presença negra

é constantemente questionada. Tais experiências denunciam a lógica de exclusão simbólica (Marr & Luchies, 2023) que associa prestígio e propriedade à branquitude, negando às mulheres negras o direito ao pertencimento pleno em espaços de elite (Mowatt et al., 2013).

Iman, por sua vez, aponta para uma experiência de reconhecimento que, por ser rara, torna-se marcante: ser tratada com respeito enquanto consumidora. Sua fala escancara a precariedade do reconhecimento da cidadania negra no Brasil, reforçando que, mesmo dentro das relações de consumo - onde teoricamente todos os indivíduos deveriam ser tratados com igualdade -, mulheres negras frequentemente são invisibilizadas ou tratadas com desdém (Mowatt et al., 2013; Utsey et al., 2000). Em ambas as narrativas, o consumo aparece não como prática de inclusão, mas como campo de reafirmação das hierarquias raciais. E mais grave que a discriminação é a naturalização de sentimentos negativos pelas mulheres negras. O racismo estrutural as faz não se verem como detentoras de direitos, sentindo-se excluídas de certos espaços. Ada relatou que sua diarista, negra e da mesma idade, mesmo com recursos e incentivo, não se sentia à vontade para ir ao cinema.

Não era uma coisa que ela deveria ter acesso, poderia ter acesso, porque achava que era muito chique, que era pra gente muito intelectual, muito chique, muito fina, num sei que. Aí ela disse “eu não assisto filme com legenda”. Aí eu disse, não mas tem filme dublado também no cinema e ela “não, mas eu não gosto de (pausa) de ir pra esses cantos não, prefiro ficar em casa”. Aí depois de muita conversa ela confidenciou que era justamente isso, que ela não achava que podia ir pra esses lugares. Que era um ambiente que ela cabia (ADA, 33 anos).

O sentimento de não pertencimento das mulheres negras se relaciona com práticas discriminatórias ainda presentes no consumo (Johnson et al., 2024). Apesar de avanços no mercado e campanhas inclusivas, casos de racismo continuam frequentes, como aponta Pittman ao tratar do ‘viés antinegro’ em lojas (Pittman, 2020). Shena relatou perseguições constantes no Brasil, já naturalizadas, enquanto Iman destacou episódios vividos no exterior, especialmente por seu marido.

Eu sempre sou seguida nas lojas, no supermercado X mesmo eu já sei até a cara dos seguranças. Dia desses tive que parar e perguntar se havia algum problema e ainda tive que aguentar o gerente dizendo que o segurança não tava me seguindo (SHENA, 28 anos).

É mas e também meu companheiro foi discriminado; nos últimos dias foi abordado por seguranças num shopping, num supermercado (IMAN, 55 anos).

As falas de Shena e Iman evidenciam como a racialização do consumo se manifesta por meio da vigilância e da suspeita constante sobre corpos negros em espaços comerciais. Shena relata ser seguida por seguranças em lojas e supermercados, enfrentando constrangimentos e descrédito por parte da gerência. Iman reforça essa dinâmica ao relatar que seu companheiro também foi abordado injustamente por seguranças. Essas experiências reiteram a negação simbólica da legitimidade do consumidor negro, comprometendo o bem-estar subjetivo e revelando o consumo como um espaço de reafirmação do racismo estrutural (Batista, 2018; Besser, 2016; Jacob et al., 2021). O viés antinegro, alimentado por estigmas e estereótipos que historicamente perseguem a população negra, promove exclusões que impactam diretamente seu bem-estar subjetivo (Diener et al., 2018). Como estratégia de autoproteção diante de possíveis constrangimentos e sentimentos negativos, muitas pessoas negras acabam abrindo mão de vivências de lazer e práticas de consumo (A. R. C. Rocha & Casotti, 2018).

Aliado aos direitos fundamentais à educação, saúde, moradia e trabalho garantidos pela Constituição brasileira, está o direito ao lazer (Brasil, 2025). No entanto, o lazer, embora previsto como direito, passa a ser percebido como privilégio ou até mesmo luxo, especialmente para mulheres negras, que enfrentam a expectativa social de confinamento à esfera doméstica. Essa realidade reforça a interseccionalidade das opressões e evidencia o caráter múltiplo da discriminação que recai sobre seus corpos e experiências.

Eu postei uma foto de uma viagem que a gente fez na praia, e pra mim era uma forma de mostrar oh, eu trabalhei viu? Por isso agora eu tô aqui no meu lazer de férias. Então eu queria mostrar as pessoas que eu tava no tempo livre, que eu não tava em casa cozinhando, lavando prato nas minhas férias [...] Mas eu me dou esse presente nas minhas férias de falar “é o meu lazer”. Eu trabalhei meses pra isso então eu não abro mão (SEMA, 38 anos).

Enquanto mulher, adulta, negra de frequentar espaços sociais de lazer, acho que uma das primeiras coisas que eu percebo se aquele é um espaço pra mim, acolhedor, integrador é chegar e olhar e perceber quantos negros estão aqui. Esses negros estão consumindo ou esses negros estão apenas servindo quem está consumindo né? (LINA, 32 anos).

As falas de Sema (38 anos) e Lina (32 anos) revelam como o lazer, para mulheres negras, está atravessado por mecanismos de justificação, vigilância e exclusão simbólica, sendo diretamente afetado pela racialização das práticas de consumo e pela negação de pertencimento em determinados espaços. Sema expõe a necessidade de justificar publicamente seu direito ao lazer, como se precisasse comprovar que suas férias foram conquistadas por esforço e trabalho. Sua postagem na praia funciona como afirmação de mérito e dignidade diante de um imaginário social que frequentemente associa mulheres negras a papéis exclusivamente domésticos ou subalternos. A expressão ‘eu me dou esse presente’ revela tanto o valor subjetivo do lazer quanto a sua raridade como prática legitimada para corpos negros femininos. Lina, por sua vez, ao refletir sobre sua presença em espaços de lazer, descreve um processo de monitoramento racial do ambiente: sua percepção de acolhimento está diretamente ligada à proporção entre negros que consomem e negros que servem. A observação revela a persistência de uma divisão racial do espaço social e reforça o quanto o pertencimento ao lazer, para mulheres negras, não é automático, mas constantemente negociado e questionado (Aghababaei & Blachnio, 2015; Hochman, 2018; Utsey et al., 2000). Ambas as falas demonstram como o lazer, longe de ser neutro ou universal, opera como um campo de tensão onde raça, gênero e classe determinam quem pode usufruí-lo plenamente - e quem precisa legitimá-lo (Batista, 2018; Mowatt et al., 2013; Porter, 2022; Reyes et al., 2022; Souza, 2022).

Esses achados contestam frontalmente a noção simplista de que o acesso ao consumo, por si só, é um indicador de bem-estar ou integração social para mulheres negras. As experiências narradas demonstram que as barreiras simbólicas e discriminatórias impostas pela racialização e pelo sexismo são tão ou mais significativas que as barreiras puramente econômicas. O mercado de consumo, ao reproduzir as desigualdades estruturais da sociedade, falha em oferecer experiências de lazer verdadeiramente inclusivas e satisfatórias para essa parcela da população. E a discussão, à luz da literatura sobre racialização (Modood et al., 2002; Monsma, 2013), interseccionalidade (Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 1989) e bem-estar subjetivo (Diener, 1984, 2012; Diener et al., 2018), reforça a urgência de se adotar uma perspectiva crítica sobre as dinâmicas de consumo, reconhecendo como elas são atravessadas por relações de poder e como impactam diferencialmente a vida de grupos marginalizados.

Considerações Finais

Este artigo explorou a complexa e muitas vezes dolorosa intersecção entre racialização, gênero, consumo de lazer e bem-estar subjetivo na vida de mulheres negras. Partindo de uma abordagem interseccional e fundamentado em histórias de vida, demonstramos como o lazer, longe de ser um espaço neutro de descanso e prazer, é profundamente marcado pelas estruturas de racismo e sexismo que permeiam a sociedade brasileira. A racialização social do consumo de lazer manifesta-se através de vigilância, estranhamento, tratamento diferenciado, microagressões e exclusão, transformando experiências que deveriam ser restauradoras em fontes de estresse, ansiedade e reafirmação de desigualdades. Concluimos, portanto, que a racialização impacta de forma significativa e predominantemente negativa o bem-estar subjetivo de mulheres negras, independentemente de sua condição socioeconômica,

contestando a ideia de que o mero acesso ao mercado de consumo se traduz em inclusão ou satisfação.

As narrativas analisadas revelaram a persistência de barreiras simbólicas e atitudinais que minam o direito ao lazer e ao bem-estar. O sentimento de não-pertencimento em espaços majoritariamente brancos, o cansaço emocional decorrente da necessidade constante de vigilância e negociação identitária, e a prevalência de afetos negativos associados a essas experiências são evidências contundentes do impacto deletério da racialização. Contudo, as histórias de vida também trouxeram à tona a agência e a resiliência dessas mulheres, que desenvolvem estratégias de enfrentamento, como a evitação de espaços hostis, a busca por aquilombamentos e a resignificação do consumo como ato de resistência e afirmação identitária. Essas estratégias, embora importantes, não anulam a violência estrutural, mas apontam para a força e a capacidade de criação de alternativas por parte das mulheres negras.

As implicações deste estudo são vastas. Teoricamente, ele reforça a importância de incorporar perspectivas interseccionais e críticas nos estudos de marketing e comportamento do consumidor, desafiando abordagens que universalizam a experiência do consumidor ou ignoram as dimensões de raça e gênero. Evidencia-se a necessidade de ir além de análises puramente econômicas ou psicológicas individualizantes, compreendendo o consumo como uma prática social imersa em relações de poder. Praticamente, os achados apontam para a urgência de transformações no mercado de consumo. Empresas e gestores de espaços de lazer precisam reconhecer sua responsabilidade na reprodução ou combate ao racismo, implementando políticas ativas de inclusão, diversidade e treinamento antirracista para seus funcionários. A representatividade negra em campanhas publicitárias e na oferta de produtos e serviços deve ser autêntica e não meramente simbólica. Além disso, são necessárias políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência segura e digna de mulheres negras em espaços públicos e de lazer.

Reconhecemos que este estudo, baseado em um conjunto específico de histórias de vida, possui limitações e não esgota a diversidade de experiências de mulheres negras. Pesquisas futuras poderiam explorar com maior profundidade as variações regionais, de classe, orientação sexual e identidade de gênero dentro desse universo, bem como investigar as estratégias de resistência e criação de espaços alternativos de lazer com maior detalhe. No entanto, acreditamos que as vozes aqui apresentadas oferecem um testemunho sobre a urgência de dismantelar as estruturas de racialização que ainda limitam a vida e o bem-estar de milhões de brasileiras. Centralizar as experiências de mulheres negras não é apenas um ato de justiça epistêmica, mas um passo fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa, onde o direito ao lazer e ao bem-estar seja uma realidade para todas, e não um privilégio de poucos.

Referências

- Abuhussein, T., Koburtay, T., & Syed, J. (2021). A eudaimonic perspective on prejudice and female workers' psychological well-being. *Gender in Management*, 36(3), 309–328.
- Adedeji, A., Olonisakin, T. T., Metzner, F., Buchcik, J., Tsabedze, W., Boehnke, K., & Idemudia, E. (2022). Interpreting Microaggression as a Determinant of Wellbeing. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*.
- Aghababaei, N., & Blachnio, A. (2015). Well-being and the Dark Triad. *Personality and Individual Differences*, 86, 365–368.
- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Letramento: Justificando.
- Alexis, M. (1962). Some Negro-White differences in consumption. *The American Journal of Economics and Sociology*, 21(1), 11–28.

- Allen, D., Dancy, M., Stearns, E., Mickelson, R., & Bottia, M. (2022). Racism, sexism and disconnection: Contrasting experiences of Black women in STEM before and after transfer from community college. *International Journal of STEM Education*, 9, 1–21.
- Andreasen, A. R. (1976). The differing nature of consumerism in the ghetto. *Journal of Consumer Affairs*, 10(2), 179–190.
- Arrow, K. J., & Dasgupta, P. S. (2009). Conspicuous consumption, inconspicuous leisure. *The Economic Journal*, 119(541), F497–F516.
- Batista, W. M. (2018). *A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural*.
- Bauer, R. A., Cunningham, S. M., & Wortzel, L. H. (1965). The marketing dilemma of Negroes. *Journal of Marketing*, 29(3), 1–6.
- Besser, L. L. (2016). Conceptual challenges for a science of eudaimonic well-being. *Vittersø, J. (Ed.). Handbook of eudaimonic well-being. Springer International Publishing*, 85–91.
- Boutté, R. L., Johnson, A., Goel, N. J., Simpson, C. C., & Mazzeo, S. (2025). Racialized body dissatisfaction in Black women: Development of the Black feminist model of body image. *Journal of Eating Disorders*, 13.
- BRASIL. (2008). *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Presidência da República. <https://www.gov.br/participamaisbrasil/ii-pnpm>
- Brasil. (2025). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Burke, L., Chijioke, S., & Le, T. P. (2022). Gendered racial microaggressions and emerging adult Black women’s social and general anxiety: Distress intolerance and stress as mediators. *Journal of clinical psychology*.
- Chai, C. G., Moraes, V. H. S., SOUSA, K. S. D., & RAMOS, F. F. D. C. (2023). Intersectionalities of contemporary slavery of black women under decolonial thought: Work, social determinants, and social inequalities. *Cadernos EBAPE. BR*, 21, e2022-0068.
- Cloos, P. (2011). *Racialization, between power and knowledge: A postcolonial reading of public health as a discursive practice*.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (1ª). Boitempo Editorial.
- Combahee River Collective. (2014). A Black feminist statement. *Women’s Studies Quarterly*, 271–280.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against Women of color, 43 stanford law review 1241-99. *Third National Conference on Women of Color and the Law*.
- Criss, S., Kim, M., Cruz, M. M. D. L., Thai, N., Nguyen, Q., Hswen, Y., Gee, G., & Nguyen, T. T. (2023). Vigilance and Protection: How Asian and Pacific Islander, Black, Latina, and Middle Eastern Women Cope with Racism. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*.
- de Oliveira, A. C. (2021). A história oral: Uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Revista Prisma*, 2(1), 63–77.
- Devulsky, A. (2021). Colorismo. *Práxis Educativa*, 17, e19400.
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological bulletin*, 95(3), 542.
- Diener, E. (2012). New findings and future directions for subjective well-being research. *American psychologist*, 67(8), 590.
- Diener, E., Oishi, S., & Tay, L. (2018). Advances in subjective well-being research. *Nature human behaviour*, 2(4), 253–260.

- Dores, L. A., Silva, A. G., Silva Ramos, D., Stoppa, E. A., & Isayama, H. F. (2021). Rompendo os silêncios sobre o perfil do lazer da população negra no Brasil. *LICERE - Rev. do Prog. de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 24(4), 324–356.
- Dumazedier, J. (1979). Democratização do esporte. *Cadernos de Lazer, SESC/SP*, 4.
- Fairclough, N. (2019). *Discurso e mudança social* (2ª). Brasília. Editora Universidade de Brasília - UnB.
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: Inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em psicologia*, 12(2), 119–126.
- Gomes, A. F., & Santana, W. G. P. (2010). A história oral na análise organizacional: A possível e promissora conversa entre a história e a administração. *Cadernos Ebape. BR*, 8, 1–18.
- Gomes, C. M. (2008). Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: Breve trajetória histórica. *Seminário Lazer em Debate*, 9.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Grier, S. A., Thomas, K. D., & Johnson, G. D. (2019). Re-imagining the marketplace: Addressing race in academic marketing research. *Consumption Markets & Culture*, 22(1), 91–100.
- Hochman, A. (2018). Racialization: A defense of the concept. *Ethnic and Racial Studies*.
- IBGE. (2025). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>
- Iheduru-Anderson, K., Okoro, F., & Moore, S. S. (2022). Diversity and Inclusion or Tokens? A Qualitative Study of Black Women Academic Nurse Leaders in the United States. *Global Qualitative Nursing Research*, 9.
- Jacob, G., Williams, M. T., Faber, N. S., & Faber, S. (2021). Gender differences in coping with racism: African American experience and empowerment. *Effective elimination of structural racism*.
- Johnson, J. B., Versey, H. S., Burke, N. L., & Hoyt, L. T. (2024). Using an Intersectional Lens to Explore Civic Behavior, Discrimination, and Well-Being among Emerging Adult Black Women. *Youth*.
- Lima, A. G. O., & dos Santos, F. M. (2024). Os negros, e as mulheres negras, na publicidade nacional: Uma revisão de literatura. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, 12(25), e024004–e024004.
- Lobo, R. (2021). Resisting erasure: Photographic archives and black history in Canada. *International Journal of Canadian Studies*, 58, 7–36.
- Maddox, K. B., Perry, J. M., & Pagan, J. (2022). Cues and categories: Revisiting paths to racial phenotypicality bias. *Social and Personality Psychology Compass*, 16(8).
- Marr, E., & Luchies, L. B. (2023). Symbolic reality bites 2: Contemporary representations of women and people of color in top 100 films. *Sociological Spectrum*, 43(6), 147–169.
- McClintock, A. (2013). *Imperial leather: Race, gender, and sexuality in the colonial contest*. Routledge.
- Modood, T., Berthoud, R., & Nazroo, J. (2002). Race?, racism and ethnicity: A response to Ken Smith. *Sociology*, 36(2), 419–427.
- Monsma, K. (2013). Racialização, racismo e mudança: Um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. *XXVII Simpósio Nacional de História*, 1–16.
- Mowatt, R. A., French, B. H., & Malebranche, D. A. (2013). Black/female/body hypervisibility and invisibility: A Black feminist augmentation of feminist leisure research. *Journal of leisure research*, 45(5), 644–660.

- Mulvihill, T. M., & Swaminathan, R. (2022). Introduction to the art and science of interdisciplinary oral history. Em *Oral History and Qualitative Methodologies* (p. 3–17). Routledge.
- Nazari, S. (2024). The intersectional effects of race, gender, and religion on the economic integration of high-skilled immigrants: A literature review. *Journal of International Migration and Integration*, 25(4), 2213–2252.
- Pereira, B. C. J. (2019). Batekoo: Território de afetos. *Arquivos do CMD*, 8(2), 59.
- Pittman, C. (2020). “Shopping while Black”: Black consumers’ management of racial stigma and racial profiling in retail settings. 20(1), 3–22.
- Porter, C. J. (2022). (Re) Imagining belonging: Black women want more than survival in predominantly White institutions. *Journal of College Student Development*, 63(1), 106–110.
- Quaye, S., Satterwhite, E. M., & Abukar, J. (2023). Black Women’s Narratives Navigating Gendered Racism in Student Affairs. *Education Sciences*.
- Ratna, A. (2017). Black women, Black voices: The contribution of a Spivakian and Black feminist analysis to studies of sport and leisure. Em *Sport, leisure and social justice* (p. 153–167). Routledge.
- Reyes, L., Yeh, J., & Versey, H. S. (2022). Black Placemaking: The body, home, and public space through the lens of older women. *Innovation in Aging*, 6(Suppl 1), 202.
- Rezende, C. B., & Lima, M. (2004). Linking gender, class and race in Brazil. *Social Identities*, 10(6), 757–773.
- Rocha, A. R. C., & Casotti, L. M. (2018). Selective and “veiled” demarketing from the perspective of black female consumers. *Organizações & Sociedade*, 25, 610–631.
- Rocha, A. R., Schott, C., & Casotti, L. M. (2016). Socialization of the Black Female Consumer: Power and Discourses in Hair-Related Consumption. *Advances in Consumer Research*, 44.
- Santos, D. J. da S., Palomares, N. B., Normando, D., & Quintão, C. C. A. (2010). Raça versus etnia: Diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press Journal of Orthodontics*, 15, 121–124.
- Scalco, L. M., & Pinheiro-Machado, R. (2010). Os sentidos do real e do falso: O consumo popular em perspectiva etnográfica. *Revista de Antropologia*, 321–359.
- Shorter-Gooden, K. (2004). Multiple resistance strategies: How African American women cope with racism and sexism. *Journal of Black Psychology*, 30(3), 406–425.
- Silva, M. A. F., & Saraiva, L. A. S. (2020). Relações raciais e histórias de vida: Trabalhadores industriais negros em foco. *Organizações & Sociedade*, 27, 532–555.
- Slater, D. (2001). *Cultura do consumo & modernidade-Exame*. NBL Editora.
- Sobande, F. (2020). Black Women’s Digital, Creative, and Cultural Industry Experiences. *The Digital Lives of Black Women in Britain*.
- Souza, V. S. D. (2022). Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: Debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). *Revista Brasileira de História*, 42, 93–115.
- Utsey, S. O., Ponterotto, J. G., Reynolds, A. L., & Cancelli, A. A. (2000). Racial discrimination, coping, life satisfaction, and self-esteem among African Americans. *Journal of Counseling & Development*, 78(1), 72–80.
- Vargas, E. F., & Leal, M. C. H. (2024). Structural discrimination and racial quotas for black applications in the political parties. *Revista de Investigações Constitucionais*, 10, e240.
- West, R., & Thakore, B. K. (2013). Racial Exclusion in the Online World. *Future Internet*.
- Zhang, Q., & Liu, H. (2014). An Analysis of Dee’s Identity Construction from the Perspective of Consumer Culture. *Advances in Literary Study*, 2(3), 75–82.